

LIBRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDOS CORRELATOS

Bianca de Oliveira Fodor¹, Maria de Fátima Ramos de Andrade²

Abstract: This article aims to investigate the use of Brazilian Sign Language (LIBRAS), considering the deaf child in the context of Early Childhood Education. In order to deepen this understanding, we conducted a search in the Brazilian Library of Theses and Dissertations (BDTD), from 2018 to 2022, with the descriptors "early childhood education", "deafness" and "LIBRAS". This is a bibliographic study whose purpose is to analyze the pedagogical strategies aimed at promoting the inclusion of deaf children in Early Childhood Education, especially under the guidance of teachers working in bilingual schools that use the Brazilian Sign Language (LIBRAS). We conclude with the analysis of the selected works that in bilingual environments, both children and teachers need to deepen their knowledge about LIBRAS and the development of more inclusive practices. Regarding the process of inclusion of deaf children, the use of interpreters is the most common practice, but there are no records of the teaching of LIBRAS in classes with hearing children, as a stimulus to bilingualism.

Keywords: LIBRAS, Childhood Education, Bilingualism.

Resumo: O presente artigo se propõe a investigar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), considerando a criança surda no contexto da Educação Infantil. Com o objetivo de aprofundar essa compreensão, realizamos uma busca na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2018 até 2022, com os descritores "educação infantil", "surdez" e "LIBRAS". Trata-se de um estudo bibliográfico cujo propósito é analisar as estratégias pedagógicas destinadas a promover a inclusão de crianças surdas na Educação Infantil, especialmente sob a orientação de professoras atuantes em escolas bilíngues que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Concluímos com a análise dos trabalhos selecionados que em ambientes bilíngues, tanto as crianças como os professores precisam de aprofundamento dos conhecimentos sobre LIBRAS e do desenvolvimento de práticas mais inclusivas. Com relação ao processo de inclusão de crianças surdas, o uso de intérpretes é a prática mais comum, porém não há registros do ensino da LIBRAS em turmas com crianças ouvintes, como estímulo ao bilinguismo.

Palavras-chave: LIBRAS, Educação Infantil, Bilinguismo.



INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças surdas, no contexto da Educação Infantil, tem se mostrado um desafio significativo para o sistema educacional. Esse desafio é especialmente complexo devido à diversidade de necessidades que essas crianças apresentam e à necessidade de ambientes de aprendizagem que sejam verdadeiramente inclusivos.

O ensino da LIBRAS na Educação Infantil oferece aos pequenos possibilidades de se desenvolverem, mas, sobretudo, de inclusão, o que pode favorecer a diminuição das desigualdades sociais e culturais dentro e fora do contexto escolar. A escola é uma instituição que foi criada para promover a formação cidadã, tanto no âmbito social como cultural, devendo garantir a aprendizagem de conhecimentos, competências e valores necessários à socialização do indivíduo para que ele possa exercer os seus direitos.

Nas últimas décadas, muitos progressos foram feitos no campo da educação de surdos no Brasil. Eles contam com medidas legais que orientam sua educação, inclusão educacional e

¹ Mestranda em Educação, Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, Brasil. E-mail: bianca.fodor@online.uscs.edu.br

² Docente no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, Brasil. E-mail: mfrda@uol.com.br

social. Dentre esses dispositivos legais, destacamos a lei no 10.436/2002, que confere à LIBRAS o status de língua oficial da comunidade surda brasileira.

Enquanto modalidade gestual visual de comunicação, a língua de sinais desempenha um papel fundamental no desenvolvimento linguístico e social dessas crianças. Além de possibilitar a expressão e compreensão eficaz, a língua de sinais promove a interação e a inclusão em diferentes contextos, especialmente na Educação Infantil. É por meio da língua de sinais que a criança surda pode estabelecer conexões significativas com o ambiente escolar e com seus colegas e educadores. Portanto, reconhecer e valorizar a língua de sinais como parte integrante do processo educacional é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas habilidades linguísticas.

O presente artigo tem como objetivo investigar o uso da LIBRAS, considerando a criança surda no contexto da Educação Infantil. Trata-se de um estudo bibliográfico realizado por meio de um levantamento feito na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2018 até 2022, com o uso dos descritores “educação infantil”, “surdez” e “LIBRAS”. Organizamos o texto da seguinte forma: na primeira parte, discorreremos sobre conceitos de inclusão, Libras e Educação Infantil. Na sequência, apresentamos o levantamento feito na BDTD e, por último, tecemos algumas conclusões.

INCLUSÃO, LIBRAS E EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de inclusão é um tema central no debate sobre a educação contemporânea, refletindo o esforço para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características pessoais e sociais, tenham acesso pleno e equitativo ao currículo escolar e à vida escolar. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (2020) aborda a inclusão como um processo que vai além da mera presença física dos alunos nas salas de aula. Para a autora:

A inclusão é mais do que a simples presença física do aluno na sala de aula; ela envolve a participação plena e a valorização das diferenças, com a criação de condições para que todos possam aprender e desenvolver-se em um ambiente educativo diversificado (Lacerda, 2020, p. 45).

Lacerda (2020) argumenta que a inclusão requer uma transformação nas estruturas e práticas pedagógicas das instituições educacionais. A autora afirma que "a inclusão exige mudanças estruturais e pedagógicas que vão além da adaptação de materiais e práticas, implicando uma transformação cultural na escola para acolher a diversidade e promover a equidade" (Lacerda, 2020, p. 47). Essa perspectiva sugere que a inclusão deve ser integrada nas políticas e práticas escolares, exigindo uma revisão das normas e abordagens tradicionais que muitas vezes perpetuam a exclusão.

Acerca da importância de tratar a inclusão como direito fundamental, a autora Ronice Muller de Quadros traz em suas publicações sua visão sobre o assunto. Segundo Quadros (1997, p. 67): "A inclusão deve ser entendida como um direito de todos os estudantes, independentemente de suas condições, e não como uma opção ou uma política secundária".

A autora defende que a inclusão deve ser acompanhada de práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos, sem segregá-los ou marginalizá-los. Em suas reflexões, Quadros (2017) reforça que a inclusão deve proporcionar oportunidades de aprendizado e participação para todas as crianças, eliminando barreiras que possam impedir o acesso e a plena inclusão.

Para Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), a concepção de inclusão transcende a mera integração de alunos com deficiência em escolas regulares. Segundo a autora, a verdadeira inclusão demanda uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, nas atitudes dos

educadores e na estrutura organizacional das escolas. Mantoan (2003) argumenta que a inclusão escolar precisa ser pensada com rigorosidade no contexto escolar. Segundo a autora: “Incluir é uma ação intencional, planejada e sustentada por convicções filosóficas e políticas que se traduzem em práticas educativas democráticas, onde todos têm o direito de aprender juntos, sem qualquer tipo de discriminação” (p. 45).

Nesse contexto, a inclusão não se limita à presença física dos alunos com deficiência no ambiente escolar, mas sim à sua participação ativa e significativa no processo educativo. Para Mantoan (2003), “a inclusão escolar se concretiza na medida em que as escolas conseguem se organizar para oferecer oportunidades de aprendizagem a todos os alunos, respeitando suas diferenças e promovendo a convivência entre eles” (Mantoan, 2003, p. 62). A autora critica o modelo tradicional de educação, que tende a categorizar e segregar os alunos com base em suas habilidades e dificuldades, reforçando práticas excludentes. A autora argumenta que a escola tradicional, ao insistir em práticas homogeneizadoras, exclui aqueles que não se encaixam no padrão estabelecido.

A LIBRAS é uma língua de modalidade gestual-visual, utilizada pela comunidade surda, e é por meio dessa que o surdo se comunica com os ouvintes. Segundo Damázio (2005, p. 61), a Língua Brasileira de Sinais “possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence”. Para Goldfeld (2002), o sujeito deve ser introduzido à LIBRAS o mais cedo possível, permitindo maior desenvolvimento e interação com a língua de sinais e o português escrito. Segundo a autora:

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas em língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito (Goldfeld, 2002, p. 27).

Até meados do século XX, a educação de surdos era predominantemente baseada em modelos oralistas, que enfatizavam o ensino da fala e da leitura labial, relegando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a um plano secundário. No entanto, com o passar do tempo, as políticas educacionais começaram a reconhecer a importância da LIBRAS como língua natural dos surdos e a valorizar abordagens pedagógicas que a incorporassem.

A legislação brasileira, representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, por meio da Lei nº 10.436/2002, temos o reconhecimento da LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão para surdos, garantindo seu ensino em todos os níveis educacionais. No entanto, a falta de capacitação adequada dos profissionais da Educação em LIBRAS ainda representa um desafio para a efetiva inclusão de crianças surdas na Educação Infantil. No artigo 60-A, consta:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

A Educação Infantil representa um ambiente ideal para a imersão na língua de sinais. Ao introduzir o ensino de LIBRAS nesse estágio crucial do desenvolvimento infantil, não apenas fornecemos às crianças os fundamentos necessários para seu crescimento intelectual, mas também cultivamos conceitos fundamentais para a vida em comunidade. Esse aprendizado não só fortalece as habilidades linguísticas das crianças, mas também promove a inclusão social e cultural, contribuindo para a redução das disparidades sociais dentro e fora da escola. Ao criar

um ambiente onde a LIBRAS é valorizada e praticada desde cedo, estamos investindo não apenas no desenvolvimento individual das crianças surdas, mas também na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos os seus membros.

Para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para crianças surdas na Educação Infantil, é essencial que os profissionais da área, como professores e educadores, sejam capacitados em LIBRAS e tenham conhecimento sobre estratégias pedagógicas específicas para atender às necessidades linguísticas e cognitivas dessas crianças. Além disso, as instituições de ensino precisam se atentar que a inclusão não se restringe ao ambiente da sala de aula e nem aos profissionais diretamente responsáveis pelos processos educacionais. Logo, a possibilidade de uma educação inclusiva pressupõe o envolvimento de todos que atuam no contexto escolar.

A formação contínua dos educadores em LIBRAS não apenas os capacita a se comunicar eficazmente com as crianças surdas, mas também promove um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Além disso, é importante que as escolas disponham de recursos adequados, como intérpretes de LIBRAS e materiais didáticos adaptados, para garantir o acesso igualitário à educação para todas as crianças. Ao investir na formação e no suporte adequado aos profissionais da Educação Infantil, podemos criar um ambiente onde todas as crianças, independentemente de suas habilidades linguísticas, tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial e alcançar o desenvolvimento da criança tanto no aspecto cognitivo quanto social.

Uma das problemáticas encontradas é a dificuldade dos professores em lidar com crianças surdas em classes regulares, já que os docentes não possuem, muitas vezes, preparação adequada sobre o uso da língua de sinais. Isso porque o professor não recebe apoio a formação continuada, e segundo a constituição, para ter o uso de LIBRAS em sala de aula é necessária uma amplitude de conhecimentos, como demonstra a legislação, lei nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005:

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. § 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que visa viabilizar a formação bilíngue.

Com base nessas reflexões, temos como objetivo, neste artigo, apresentar o levantamento feito dos estudos correlatos realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tal, optamos pelo período de 2018 – 2022, com os seguintes descritores: Educação Infantil, surdez e Libras. Vale mencionar que o levantamento foi feito no primeiro semestre de 2023 e a intenção foi conhecermos os trabalhos mais recentes.

O QUE ENCONTRAMOS NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES

Como mencionado, anteriormente, trata-se um estudo bibliográfico que teve como base levantamento feito na BDTD, no período de 2018 a 2022, considerando os seguintes descritores: Educação Infantil, surdez e LIBRAS. Inicialmente, após leitura do resumo e das palavras-chave, identificamos 19 pesquisas. Num segundo momento, além dos resumos e das palavras-chave, também fizemos a leitura da introdução das pesquisas. Com isso, selecionamos 6 pesquisas que melhor se alinhavam aos objetivos de nossa investigação.

No quadro 1, apresentamos de forma resumida as principais características e conclusões de cada uma das pesquisas selecionadas, oferecendo *insights* valiosos para o avanço do conhecimento e das práticas educacionais inclusivas voltadas para crianças surdas na Educação Infantil.

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO BDTD: TESES E DISSERTAÇÕES

Dados gerais	Título do trabalho	Palavras-chave
Dayane Bollis Rabelo Universidade Federal do Espírito Santo 2018	A educação infantil para crianças surdas em municípios da região metropolitana de vitória	Políticas educacionais Crianças surdas Educação infantil
Camila Andrade Universidade Federal de São Paulo 2020	Bebês e crianças surdas nos espaços educativos	Educação infantil Bebês surdos Crianças surdas Surdez Inclusão Libras
Tania Maria Garrido de Souza Universidade Estadual Paulista (Unesp) 2020	Ensino de LIBRAS para crianças surdas e ouvintes: Planejamento e Desenvolvimento de um sinalário ilustrado interativo	Libras Sinalário Educação inclusiva
Milena Maria Pinto Universidade Federal de São Carlos - Campus São Carlos 2021	A criança surda na Educação Infantil: o desenvolvimento de linguagem na perspectiva do professor	Educação Infantil Desenvolvimento linguístico Crianças surdas Bilinguismo Inclusão
Rosemeire Fernandes Universidade Nove de Julho 2021	Universo surdo: os desafios da aquisição da língua brasileira de sinais na educação infantil	Educação Infantil Surdez Aquisição da Linguagem Língua Brasileira de Sinais Polo Bilingue
Elaine Aparecida de Oliveira da Silva Universidade Federal de Santa Catarina 2022	Estudos sobre interpretação educacional LIBRAS-Português para crianças surdas na Educação Infantil	Língua brasileira de sinais Educação e Estado Surdos Inclusão escolar Educação infantil

Fonte: As autoras (2023).

ANÁLISE DOS DADOS: PESQUISAS CORRELATAS

Para a descrição de cada pesquisa selecionada, seguimos como critério obter informações apresentadas no resumo, apontar os principais objetivos e descrever brevemente a conclusão observada pelos autores. A seguir, apresentamos uma breve descrição de cada uma das pesquisas encontradas.

A tese de Dayane Bollis Rabelo (2018) – “A educação infantil para crianças surdas em municípios da região metropolitana de vitória” – teve por objetivo analisar as condições de implementação das propostas educativas em vigor para crianças surdas na educação infantil em municípios da Região Metropolitana de Vitória/ES. Para isto, abordou temáticas que tratam sobre o desenvolvimento infantil e das possibilidades de inclusão da criança surda nessa etapa da educação básica. A pesquisa concluiu que há fragilidades nas propostas de educação para crianças surdas na educação infantil, nos municípios investigados, sobretudo no que tange à formação dos profissionais para o desenvolvimento de uma prática educativa que reconheça e considere suas especificidades.

Camila Andrade (2020), em sua pesquisa: – “Bebês e crianças surdas nos espaços educativos” – Esta pesquisa objetivou, primeiramente, mapear quantas são e onde estão

matriculados os bebês e crianças surdas na modalidade Educação Infantil, do município de São Paulo. A análise dos dados revelou que as crianças mapeadas nesta pesquisa se encontram matriculadas em unidades educativas, sejam elas do município ou da rede particular. Porém, quando em contexto de sala regular, as crianças surdas vivenciam experiências limitadas. Em ambiente bilíngue, os profissionais mostram fluência da língua de sinais e a inclusão se mostra mais efetiva.

Tania Maria Garrido de Souza (2020), em sua dissertação: “Ensino de libras para crianças surdas e ouvintes: planejamento e desenvolvimento de um Sinalário Ilustrado Interativo”, realizou dois estudos. O estudo 1 refere-se ao mapeamento do espaço escolar e levantamento da compreensão dos alunos surdos e o Estudo 2 se refere ao planejamento e elaboração do objeto de aprendizagem, tendo por foco alunos surdos que ingressaram na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo da pesquisa foi analisar o conhecimento e o uso da LIBRAS por crianças surdas e ouvintes, e com os resultados, desenvolver um sinalário como material de apoio aos alunos da educação infantil e ensino fundamental que dominam pouco ou desconhecem a Língua Brasileira de Sinais. Os resultados do Estudo 1 apontaram que os alunos não conheciam os sinais em Libras, mas faziam uso de alguns classificadores para identificar alguns objetos apontados. Já o resultado do Estudo 2 foi o desenvolvimento do Sinalário Ilustrado Interativo com base no protocolo de registro dos ambientes escolares.

A dissertação de Milena Maria Pinto (2021) – “A criança surda na Educação Infantil: o desenvolvimento de linguagem na perspectiva do professor” – Este trabalho teve como objetivo investigar, compreender e problematizar como se dá o processo de desenvolvimento de linguagem da criança a partir do olhar do professor. É essencial que haja um comprometimento contínuo com a formação e o aprimoramento profissional dos educadores, capacitando-os a proporcionar um ambiente mais acessível e enriquecedor para todas as crianças, incluindo aquelas com surdez. A autora relatou, sobre os resultados, que tanto as crianças quanto os professores inseridos no contexto bilíngue ainda necessitam aprofundar seus conhecimentos sobre LIBRAS e ampliar as práticas de inclusão.

A dissertação de Rosemeire Fernandes (2021) – “Universo surdo: os desafios da aquisição da língua brasileira de sinais na educação infantil” – teve por objetivo geral analisar a rotina escolar no processo de aquisição da LIBRAS das crianças surdas em um polo bilíngue. A autora buscou entender sobre a oralidade e o funcionamento do ouvido humano para compreender o processo de aprendizado bilíngue das crianças surdas. Para tal, contou com a participação de participantes: uma professora bilíngue, uma instrutora surda, e duas tradutoras e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa. Teve como resultado uma visão positiva do polo bilíngue no que se refere a estrutura e disposição de cursos, porém pontuou que ainda não está no cenário ideal para atender o público-alvo.

A pesquisa de Elaine Aparecida de Oliveira da Silva (2022) – “Estudos sobre interpretação educacional libras-português para crianças surdas na educação infantil” – teve como foco a problemática do ensino bilíngue (LIBRAS e português) na educação infantil, especialmente com relação aos intérpretes. O objetivo da dissertação foi analisar pesquisas sobre a educação de crianças surdas no Brasil, com o intuito de entender o embasamento teórico dessas pesquisas e como isso interfere no trabalho dos intérpretes. A autora conclui que o número de pesquisas sobre educação de surdos no campo da educação infantil é baixo comparado a necessidade e amplitude da demanda, ela cita que “mais pesquisas são necessárias para explorar as interações em salas de aula” (Silva, 2022, p. 118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das pesquisas correlatas sobre os descritores LIBRAS, Educação Infantil e surdez, foi possível identificar uma série de questões fundamentais que emergem desses estudos. As investigações realizadas pelos diversos autores abordam temas relevantes tais como: as condições de implementação de propostas educativas para crianças surdas, o mapeamento da presença de crianças surdas em instituições de Educação Infantil, o desenvolvimento de materiais de apoio à aprendizagem em LIBRAS, entre outros aspectos.

A utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na educação de surdos é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento linguístico, social e intelectual desses indivíduos. A partir das reflexões dos autores das pesquisas levantadas, compreendemos que a LIBRAS não apenas permite a comunicação eficaz entre surdos e ouvintes, mas também promove o acesso ao conhecimento cultural e científico, além de contribuir para a integração social.

A legislação brasileira, representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e pela Lei nº 10.436/2002, reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão para surdos, garantindo seu ensino em todos os níveis educacionais. No entanto, a falta de capacitação adequada dos profissionais da educação em LIBRAS ainda representa um desafio para a efetiva inclusão de crianças surdas na Educação Infantil.

As pesquisas correlatas apontam para a necessidade de uma formação adequada dos profissionais da educação, capacitando-os a utilizar a LIBRAS de forma eficaz e a desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às necessidades linguísticas e cognitivas das crianças surdas na Educação Infantil. Além disso, destacam a importância do envolvimento dos pais e familiares no processo educacional, promovendo uma parceria entre a escola e a comunidade para garantir o desenvolvimento integral das crianças surdas.

Como expresse anteriormente, a inclusão escolar é uma ação intencional. Logo, para que ela aconteça a contento é necessário ter conhecimento de como realizá-la. Essa ação pressupõe que o professor perceba, entre outros aspectos, que as estratégias de ensino precisam considerar as diferenças e estruturadas sem discriminação. Não é algo natural. Nesse sentido, as escolas precisam investir em espaços de formação que considerem as reais demandas dos professores. Como bem aponta Mantoan (2003), a inclusão escolar é um ato intencional e planejado.

Vale também reforçar que apesar da LIBRAS ser uma língua natural do surdo, ou seja, a única que ele pode aprender espontaneamente, ela não é, em muitos contextos, o meio utilizado para ensinar as pessoas surdas. Logo, sua valorização, divulgação e institucionalização depende, além de um conhecimento legal e estratégias adequadas para que possa se institucionalizar (Goldfeld, 2002).

A pesquisa realizada mostrou que há necessidade de aprimorar as estratégias pedagógicas no que diz respeito ao ensino de LIBRAS na Educação Infantil. Nesse contexto, o levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) revelou um número significativo de pesquisas relacionadas à Educação Infantil, surdez e LIBRAS. A análise desses estudos é de grande contribuição para uma compreensão mais ampla dos desafios e das melhores práticas no ensino de LIBRAS na Educação Infantil, visando aprimorar as políticas educacionais e promover uma educação mais inclusiva e de qualidade para todas as crianças.

REFERÊNCIAS

- Andrade, C. (2020). *Bebês e crianças surdas nos espaços educativos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado de São Paulo, p. 1-127.
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- Damázio, M. F. M. & Ferreira, J. (2010). Educação escolar de pessoas com surdez atendimento educacional especializado em construção. *Revista Inclusão*. Brasília: MEC, v. 6.
- Fernandes, R. (2021). *Universo surdo: os desafios da aquisição da língua brasileira de sinais na educação infantil*. Universidade Nove de Julho, p. 8-116.
- Goldfeld, M. (2002). *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora.
- Luria, A. R. (2006). *Vigotskii*. In: Vigotskii, L. S., Luria, A. R. & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo, Ícone, p. 6-17.
- Pereira, M. C. (2016). *Educação bilíngue para surdos: construção coletiva em um contexto de ensino inclusivo*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, p. 35-47.
- Pinto, M. M. (2021). *A criança surda na Educação Infantil: o desenvolvimento de linguagem na perspectiva do professor*. Universidade Federal de São Carlos - Campus São Carlos, p. 5-108.
- Rabelo, D. B. (2018). *A educação infantil para crianças surdas em municípios da região metropolitana de Vitória*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 230.
- Silva, E. A. de O. da. (2022). *Estudos sobre interpretação educacional LIBRAS-Português para crianças surdas na Educação Infantil*. Universidade Federal de Santa Catarina, p. 8-120.
- Souza, T. M. G. de. (2020). *Ensino de LIBRAS para crianças surdas e ouvintes: Planejamento e Desenvolvimento de um sinalário ilustrado interativo*. Universidade Estadual Paulista (Unesp), p. 8-94.

Submetido em: 14/08/24

Revisões requeridas: 20/10/24

Aprovado em: 10/11/24

Publicado em: 17/12/2024